

A SOCIOLOGIA DIALÉTICA NA FILOSOFIA SOCIAL DO ISEB: A CONTRIBUIÇÃO DE GUERREIRO RAMOS

Maria Soares de Camargo e
Maria Virgínia Fernandes *

INTRODUÇÃO

O ISEB volta a ser objeto de estudo por parte dos analistas; vários trabalhos acadêmicos têm sido elaborados principalmente quanto à ideologia “Nacional-Desenvolvimentista” que o caracterizou.

O período de existência do ISEB (55 – 64) foi de importância relevante em nossa história, quando ocorreram transformações econômico-sociais de grande repercussão na vida política e cultural do país. Do ponto de vista histórico, muito se poderia falar a este respeito. Porém, nossa proposta neste trabalho se limita a esboçar, em linhas gerais, a dimensão filosófica na compreensão do social da produção isebiana. Enfocaremos o pensamento de Alberto Guerreiro Ramos, numa tentativa de caracterizar a sua sociologia confrontando-a com a chamada sociologia dialética.

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi proposto pelo Ministro da Educação e Cultura Professor Cândido Mota Filho e criado pelo Presidente João Café Filho através do Decreto nº 37 608 de 14 de julho de 1 955. Este órgão propunha-se a trabalhar para a “compreensão crítica da realidade brasileira e a elaboração de instrumentos teóricos adequados que

*Mestrandas em Filosofia na PUCC.

permitam interpretar o desenvolvimento nacional e possibilitem o seu incentivo e a sua promoção" (1).

O grupo de intelectuais que pertencia ao ISEB era bastante heterogêneo, sendo sua primeira Diretoria assim constituída: Diretor – Roland Corbisier; Departamento de História – Cândido Antonio Mendes de Almeida; Departamento de Filosofia – Álvaro Vieira Pinto; Ciência Política – Hélio Jaguaribe; Sociologia – Alberto Guerreiro Ramos.

A primeira publicação do ISEB, **Introdução aos Problemas Brasileiros** (1º semestre de 1956), traz em seu prefácio a proposta do Instituto: elaborar uma ideologia do desenvolvimento. "Contribuindo para a formação dessa ideologia acreditamos estar cumprindo a parte que nos compete na obra comum de emancipação do Brasil" (2). Nessa fase inicial as atividades do ISEB restringiam-se a conferências, cursos e publicações.

Durante o governo Kubitschek o ISEB foi mobilizado para atuar em nível de planejamento governamental. Sua influência é nítida no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek que, segundo Néelson Werneck Sodré, em última análise propunha o aceleração do "crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas... conciliando essa aceleração com os interesses do imperialismo, mantida a estrutura agrária" (3).

Quando da execução do plano, evidenciou-se a inevitável cisão dentro desse grupo heterogêneo em duas alas: uma, que defendia o desenvolvimento ligado à entrada de capitais estrangeiros, e outra, propugnando o desenvolvimento em base puramente nacionalista.

Em conseqüência, em 58/59 dois fundadores e chefes de departamento do Instituto, Alberto Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe afastaram-se da instituição.

O otimismo em relação à industrialização como sinônimo de desenvolvimento, característico do governo J.K. foi, no início, compartilhado pelos isebianos. Porém, ao constatarem mistificada a industrialização, que realmente não trazia a desenvolvimento social esperado, radicalizaram sua posição que se consolidou no governo de Joao Goulart com o movimento pelas

(1) Cândido MOTA FILHO in **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. V, p. 472/473.

(2) Néelson WERNECK SODRÉ, "História do ISEB – 1 – Formação", in **Temas de Ciências Humanas**, p. 106.

(3) Néelson WERNECK SODRÉ, "História do ISEB – 1 – Formação", in **Temas de Ciências Humanas**, p. 113.

“Reformas de Base”. Nesses últimos anos permaneceram apenas Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, passando a orientação teórico-política para jovens professores e líderes estudantis da época.

O ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964 pela Revolução vitoriosa, sendo seus componentes considerados suspeitos de subversão, sua sede saqueada, arquivos e publicações incendiados.

A FILOSOFIA SOCIAL DO ISEB

Os fundadores do ISEB são considerados por Pe. H. Lima Vaz como expressivos representantes de uma das importantes correntes do pensamento brasileiro atual, o “culturalismo” (4).

Esses pensadores empreenderam a tentativa de aplicar seu culturalismo na elaboração e solução dos problemas nacionais, procurando assumir conscientemente os condicionamentos históricos do processo em marcha, tentando imprimir-lhe uma direção.

A proposta fundamental do ISEB: promover a autodeterminação do país, cortando criticamente os laços de dependência, exprime-se em todos os campos: político, econômico, social, científico e filosófico.

A preocupação comum desse grupo era ter como ponto de partida a realidade concreta, numa perspectiva de conhecimento para transformação. Esta tomada de posição assume relevância também na tentativa de mudar os rumos da filosofia no Brasil. Até então, no dizer de Hélio Jaguaribe, todas as preocupações da filosofia brasileira eram desvinculadas da realidade, situando-se num nível puramente especulativo.

O ISEB tinha em seu quadro alguns filósofos de profissão, como Álvaro Vieira Pinto, e outros intelectuais que refletiam e escreviam sobre filosofia, como Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe. Embora não constituíssem um grupo homogêneo, partiam, em linhas gerais, de uma mesma visão antro-

(4) Esta corrente tem como tema fundamental de reflexão “a ‘cultura’ entendida como processo autônomo de criação especificamente humana, e definindo, ao mesmo tempo, a esfera ontológica dentro da qual os valores humanos adquirem sentido. Assim sendo, esse grupo de pensadores, através de variadas ramificações, vai encontrar na ‘razão histórica’ dyltheyana, e aceita em princípio a distinção de Rickert entre ‘ciências da natureza’ e ‘ciências do espírito’. Por isso mesmo seu esforço se desenvolve numa linha de superação do positivismo e do naturalismo oitocentistas, e permanece constantemente voltado para os condicionamentos históricos do processo cultural”. Pe, Henrique VAZ, “O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje”, p. 355.

lógica, e também a visão do social lhes era comum. É neste sentido que se pode falar de uma filosofia social do ISEB.

Toda a problemática era enfocada em termos de **nação**, minimizadas outras categorias de análise. Consideravam colonialismo e subdesenvolvimento como sinônimos: “tudo é colonial na colônia” e “tudo é subdesenvolvido no país subdesenvolvido” (5). Consideravam a sociedade brasileira, antes de mais nada, como sociedade dependente. Essa dependência era vista em função de suas relações externas com os países desenvolvidos, pela sua posição de “periferia” ou “proletariado externo” no mundo desenvolvido ou área metropolitana.

Observamos que o enfoque é dialético, porém a relação capital-trabalho não é valorizada. O conceito de “proletariado” – aplicado por Marx apenas em termos de classe social – é extrapolado para o âmbito das relações entre nações (periferia x metrópole).

A alienação, conceito central na visão dialética isebiana, é entendida como resultante da “situação colonial” do país, caracterizada como uma totalidade. A sociedade brasileira é “globalmente alienada”, não só na sua estrutura econômica, como também na superestrutura ideológica e cultural. Ao fim do desenvolvimento econômico corresponderia necessariamente o fim de toda alienação: a econômica e, em consequência, a política e cultural.

O desenvolvimento econômico como fim de todas as alienações, nos moldes isebianos, distintamente dos marxistas, não implica mudança no modo de produção; é preconizado dentro do mesmo sistema capitalista, embora em bases nacionais. O nacionalismo surge como o ponto de união e mobilização de todos os grupos e classes sociais visando à superação do subdesenvolvimento (6). As contradições sociais internas parecem não ser reveladas, e as grandes diferenças econômicas deveriam ser niveladas pela industrialização nascente.

O ISEB, apesar de tachado de marxista e perseguido como tal, não focalizava as mudanças sociais em termos da tomada do poder pelas classes

(5) Roland CORBISIER, citado em C. N. TOLEDO, *ISEB, Fábrica de Ideologias*, p. 68.

(6) Como ilustração, transcreeveremos uma passagem de Roland CORBISIER citada por C. G. MOTA em *Ideologia da Cultura Brasileira* p. 166: “No caso brasileiro, a reação contra o semicolonialismo e o subdesenvolvimento só se poderá fazer com o apoio das classes que o suportam como um entrave à própria expansão — expansão de indústria nacional e do mercado interno — quer dizer, a burguesia industrial, o comércio ligado a essa burguesia, os setores esclarecidos da classe média e o proletariado industrial. É com apoio nessas classes, nos seus interesses e nas suas reivindicações, **que coincidem, aliás com os interesses do desenvolvimento do País**, que a ‘intelligentsia’ brasileira deverá ‘forjar a ideologia da libertação nacional’” (grifo nosso).

populares, pois acreditava na representatividade democrática. Considerava os governantes e legisladores eleitos pelo povo como legítimos representantes de sua vontade, valorizando o papel do Estado.

Os intelectuais situavam-se ao lado dos dirigentes, colocando seus conhecimentos científicos a serviço do planejamento governamental. Para eles a ciência não tinha sentido como saber especulativo, tendo validade enquanto colocada a serviço do povo. Sua contribuição mais relevante à nação seria a elaboração do pensamento ideológico, considerado como a mola propulsora do desenvolvimento.

Para atingir o desenvolvimento, o fator privilegiado em quase todos os trabalhos isebianos é a **consciência**, numa perspectiva nitidamente idealista.

O filósofo Álvaro Vieira Pinto é quem melhor ilustra tal posição, dedicando grande parte de sua obra ao estudo da consciência, da passagem da consciência ingênua, característica do subdesenvolvimento, à consciência crítica (“autêntica” ou “verídica”) da nação desenvolvida.

A transformação da consciência, de ingênua em crítica, tem no trabalho seu fator essencial: “o caráter transfigurador do trabalho é a via de acesso à realidade. Por ele o mundo se abre à consciência... não há outro modo de captar o real senão introduzir-se na sua mobilidade, esposando-lhe a dinâmica” (7).

A consciência dos trabalhadores, porém, não apresenta os elementos suficientemente sistematizados para elaborar uma ideologia, cabendo aos intelectuais explicitá-los e concatená-los. A tarefa dos isebianos seria trabalhar a “matéria-prima” fornecida pelas massas através de um suporte lógico-conceitual, ou seja: “apropriar-se das representações da consciência popular... recolhê-la nas suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial... sem distorcê-la, sem violentá-la, e sem mistificá-la” (8).

Assim o ISEB procura elaborar a ideologia do desenvolvimento, que, correspondendo aos anseios populares, propagar-se-ia sem a conotação impositiva de outras propagandas ideológicas e teria necessariamente caráter operatório, isto é, seria capaz de mobilizar as forças populares que nela veriam autenticamente expressas suas aspirações.

(7) Álvaro VIEIRA PINTO, citado por C. N. TOLEDO, *op. cit.* p. 44

(8) *Ibid.*, p. 46.

Em suma, a proposta isebiana fundamental era: substituir pela ideologia nacional desenvolvimentista a ideologia alienada, expressa em todas as manifestações culturais do país.

A respeito da cultura brasileira, o ISEB publicou uma série de teses demonstrando que as análises feitas até então, partindo de categorias “transplantadas” do exterior, interpretavam pouco cientificamente a realidade brasileira e careciam de “consciência crítica de história” (9). Por exemplo, nos estudos sociológicos e antropológicos, a “substância” do homem brasileiro foi estereotipada na sua passividade, preguiça, subserviência, verbalismo, cordialidade, pacifismo... em vez de serem essas características consideradas como traços de um comportamento alienado devido ao subdesenvolvimento.

Esta posição, inúmeras vezes reafirmada, denota toda a preocupação dos isebianos em romper com a dependência cultural externa e assentar as bases de uma ciência e de uma filosofia autenticamente “nacionais”.

No entanto, são também tributários do pensamento filosófico dominante em seu tempo: o pensamento europeu pós-guerra, caracterizado pelas correntes existencialistas.

A análise de Caio Navarro de Toledo, evidencia esta influência. Os conceitos de “alienação, projeto, práxis, trabalho, ‘estar no mundo’, autenticidade, destino, liberdade e outros, revelam também, através do tratamento que receberam no interior de algumas produções isebianas, uma inequívoca influência daquela filosofia metropolitana” (10).

Essa perspectiva existencialista influencia também a visão antropológica subjacente na abordagem do social. O homem é visto como um ser situado no tempo e no espaço, em constante devir. A consciência é privilegiada, passando de ingênua à crítica configurando o homem como sujeito de sua história. A influência da antropologia existencialista, porém, não é a única. O ser humano nunca é considerado individualmente, mas sempre inserido num contexto social, numa visão de totalidade onde as estruturas se interpenetram, dependendo basicamente da economia, prenunciando a influência das correntes marxistas que, na década atual têm preponderância no pensamento filosófico social brasileiro.

As referências a esses movimentos filosóficos não são quase explicitadas nos trabalhos isebianos, cuja preocupação maior era romper os

(9) R. CORBISIER, citado em Guilherme MOTA, *op. cit.* p. 167.

(10) Caio N. de TOLEDO, *op. cit.* p. 91.

vínculos de dependência científica cultural e ideológica com as metrópoles, objetivando alcançar uma formulação original acerca do subdesenvolvimento. Observamos, com Caio Navarro de Toledo, que a produção de Guerreiro Ramos é a que contém mais indicações teóricas a respeito do pensamento sociológico e filosófico moderno (11).

A CONTRIBUIÇÃO DE GUERREIRO RAMOS

Alberto Guerreiro Ramos, um dos fundadores do ISEB, exerceu grande influência e liderança durante a mais expressiva fase daquela instituição.

O referido autor, nascido na Bahia, formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi durante cerca de 20 anos técnico de administração do DASP, tendo exercido ainda as funções de assessor do Conselho do Desenvolvimento do Ministério de Viação e Obras Públicas e da Casa Civil da Presidência da República. Como delegado do Brasil à XVI Assembléia Geral da ONU participou da Comissão de Assuntos Econômicos.

Guerreiro Ramos foi professor de Sociologia na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas desde a criação da Escola, em 1952. Com a Revolução de 1964 perdeu a cátedra e depois de algumas tentativas de prosseguir seu trabalho no Brasil, acabou sendo obrigado a deixar o país, encontrando-se atualmente na Universidade da Califórnia. A própria Revolução suspendeu seus direitos políticos e cassou-lhe o mandato de deputado federal pelo P.T.B.

Antes da criação do ISEB, já havia publicado diversas obras dentre as quais ressaltamos: **Sociologia do Orçamento Familiar** (1950); **A Sociologia Industrial** (1952); **Aspectos Sociológicos da Puericultura** (1954); **Relaciones Humanas del Trabajo** (México, 1954); **Sociologia de la Mortalidad Infantil** (México, 1955). Uma de suas principais obras; **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo** foi editada pela primeira vez em 1954 e, posteriormente, republicada pelo ISEB em 1957, juntamente com outros trabalhos, no livro **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**.

Como chefe do Departamento de Sociologia do ISEB, Guerreiro Ramos desenvolveu várias pesquisas, inclusive sobre relações raciais

(11) Caio Navarro de TOLEDO, *op. cit.* p. 98 a 102.

abrindo nova perspectiva para abordagem deste tema. É nessa fase de intensa produção intelectual que publica vários artigos e sua principal obra **A Redução Sociológica**.

Em dezembro de 1958 desligou-se do ISEB, alegando que a instituição transformara-se numa “agência eleitoreira” e uma “escola de marxismo-leninismo,... doutrina que historicamente, sob o disfarce de ciência, tem sido instrumento de direção monopolística em escala mundial de movimentos políticos e agitações de massa” (12). Por outro lado, Nélson Werneck Sodré, em seu depoimento sobre o ISEB, afirma que o desligamento do autor não se deve a razões ideológicas, mas sim a questões de caráter pessoal, uma vez que pretendia exercer o “monopólio” sobre a instituição (13).

Guerreiro Ramos continuou a desenvolver acirrada polêmica contra seus ex-companheiros, como podemos notar em suas obras posteriores: **O Problema Nacional do Brasil** (1960); **A Crise do Poder no Brasil** (1961); **Mito e Verdade da Revolução Brasileira** (1963); bem como na 2ª edição de **A Redução Sociológica** (1965).

Com relação ao valor científico de sua obra, existe muita controvérsia. Assim, autores como Jacob Goreneder o situam como eclético por pretender sintetizar, ao mesmo tempo “Karl Marx, Comte, Spencer, Georg Simmel, F. Toennies, Max Weber, Max Scheler, Durkeim, Gabriel Tarde, V. Pareto e outros. A isto se acrescentam esforços especiais para combinar o Existencialismo com o marxismo. O Ecletismo não se detém aí diante de qualquer limite. Seria este um dos piores pontos de partida para chegar a uma teoria sociológica íntegra e correta” (14).

Considerações deste tipo nos levam a questionar até que ponto o autor pode ser situado, como deseja, na linha da sociologia dialética, pois parece que as contradições, ao invés de serem superadas numa síntese, são acomodadas em construções ecléticas.

Guerreiro Ramos defende-se desta acusação dizendo: “somos pós-marxistas, como Marx foi pós-hegeliano, pós-feuerbachiano. Não somos solipsistas. Chamar de ‘ecletismo’ a redução ou acusar-nos de pretender fazer ‘acondicionamentos’ de uma teoria em outra, porque circulamos em áreas diversas das correntes filosóficas de nossa época é completamente estapafúrdio.

(12) Guerreiro RAMOS, **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**, p. 10.

(13) Nélson WERNECK SODRÉ, “História do ISEB – Crise” in **Temas de Ciências Humanas** – 2, p. 119 a 143.

(14) Jacob GORENDER, citado por Guerreiro RAMOS em **A Redução Sociológica**, p. 42 e 255.

O saber também tem história. Como esforço de atualização do saber, o marxismo transcende Marx, o existencialismo transcende Heidegger, Jaspers, Sartre, a fenomenologia transcende Husserl” (15).

Apesar de toda a controvérsia não se pode negar a importância de Guerreiro Ramos e do grupo de intelectuais a ele ligado enquanto pioneiros na tentativa de formular um pensamento social a partir da realidade nacional.

O autor em questão partia do pressuposto de que “só aquele que se acha imerso na realidade social pode captá-la teoricamente” (16). Afirmava que todos os seus estudos se originaram da necessidade de compreender e encaminhar soluções a problemas vividos:

Na minha vida profissional,... a prática precedeu a teoria. A nova teoria sobre relações de raça no Brasil, que consegui fazer vitoriosa em nosso meio, representa a indução de uma práxis do “problema” e depois dela é que cheguei à teoria. O mesmo aconteceu com meus estudos sobre mortalidade infantil e sobre problemas administrativos, econômicos e políticos do país. Quem não age, quem não participa do processo societário não compreende a sociedade” (17).

Especificamente como sociólogo, propunha como tarefa primordial a promoção da autoconsciência nacional, sendo o papel essencial da sociologia “tornar-se uma teoria militante da própria realidade nacional” (18).

Embora seja radical na defesa da sociologia em bases nacionais, não nega evidentemente que esta, como toda ciência, é universal. “A universalidade da ciência como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente. Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive” (19).

Nessa perspectiva, seu trabalho foi inicialmente crítico, no sentido de romper com a “tradição consular” de adotar as teorias estrangeiras como dogmas, transplantando-se à realidade local sem qualquer crítica. A isso ela chama “sociologia enlatada”, importada, pronta para ser consumida. Faz notar o caráter alienado e alienante dessa sociologia desvinculada do contexto histórico e

(15) Guerreiro RAMOS. **A Redução Sociológica**, p. 47.

(16) Hans FREYER, citado pelo autor em **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, p. 23.

(17) Guerreiro RAMOS, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, p. 210.

(18) Guerreiro RAMOS, *op. cit.* p. 26.

(19) Guerreiro RAMOS, *op. cit.* p. 25.

econômico, preocupada em analisar aspectos particulares, estanques, em detrimento da compreensão global do social.

Justifica a posição da sociologia no Brasil dada a situação de dependência em que se encontrava o país (“dependência colonial”). Assim, num país colonial, só poderia haver uma sociologia dependente. Na década de 50–60, a industrialização desencadeia o processo de autodeterminação que se reflete no plano teórico. “São as condições reais da fase atual da sociedade que permitem, hoje, se inicie de modo plenamente consciente o trabalho de formulação de uma sociologia nacional” (20).

Guerreiro Ramos explica o esquema de divisão das Ciências Sociais, correspondente ao período de apogeu do capitalismo nos países europeus, período este ultrapassado, tornando em conseqüência aquele esquema totalmente obsoleto. No seu modo de ver, a moderna Ciência Social tem por tarefa substituir as visões parceladas da realidade por uma “teoria globalista apta a servir de instrumento para a realização de mudanças em que os povos estão empenhados” (21). Essa posição, pioneira na época, e mal compreendida, é, hoje, um dos fundamentos da mais recente escola de pensamento sociológico, ou seja, da Sociologia Crítica” (22).

O autor considera “a Ciência Social do século XX como uma teoria culturalista de caráter radicalmente historicista e dialético... É radicalmente dialética no tríplice sentido de que:

a) não admite o primado sistemático de nenhum critério operatório de dialetização, nem tampouco se admite como um monismo determinista dialético;

b) não admite a conclusão do processo histórico-dialético, nem sabe de antemão aonde conduz este processo; dialetiza as relações entre teoria e prática” (23).

Essa postura dialética não é tão nítida em todo o conjunto de sua obra, principalmente em A Redução Sociológica. Busca os fundamentos

(20) *Ibid.* p. 25.

(21) *Ibid.* p. 209.

(22) Os sociólogos contemporâneos reconhecem que a visão integrada das Ciências Sociais é indispensável. Por exemplo, lemos em Octávio Ianni, em **Sociologia da Sociologia Latino-Americana** p. 31: “Quando acompanhamos os desenvolvimentos mais recentes da Sociologia na América Latina, verificamos que ela retoma continuamente os seus contatos com a economia política, a história, a ciência política, a antropologia. Os grandes temas das sociedades latino-americanas, pelo fato de estarem fundamentalmente relacionados às transformações estruturais globais, impõem aos cientistas sociais o alargamento das contribuições de cada disciplina”.

(23) Guerreiro RAMOS, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, p. 210.

teórico-filosóficos deste método na fenomenologia de Husserl e na ontologia de Heidegger, e os antecedentes sociológicos da redução nos materialistas franceses como Condillac, Holbach e fenomenólogos sociais como M. Scheler e G. Gurvitch (24). É digna de nota a influência de Karl Mannheim, afirmada pelo próprio Guerreiro Ramos, que o considera “um dos raros sociólogos contemporâneos que tiveram a preocupação sistemática de incorporar as idéias filosóficas atuais à sociologia, sendo visível sua familiaridade com o pensamento fenomenológico e culturalista, ao qual se prende a redução sociológica (25).

Guerreiro Ramos apresenta a redução sociológica em linhas gerais, como “a eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado”. ... “É uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, da natureza histórica dos objetos e fatos da realidade social” (26).

O método consiste primeiramente na assimilação crítica da produção sociológica estrangeira, tentando detectar seus pressupostos ideológicos (considera o autor aquela sociologia mais ideologia conservadora do que verdadeira ciência). Para essa assimilação crítica os cientistas sociais, livres de pressões econômicas e políticas, deveriam proceder a uma seleção crítica das transplantações teóricas estrangeiras, dirigidos por uma aspiração universal, porém mediatizada pela realidade local, regional e nacional.

Em suma, trata-se de uma atitude metódica que pressupõe: cada fenômeno social não é isolado; deve ser analisado em suas relações recíprocas, numa visão global do processo social. O método é perspectivista, considerando que o sentido de um objeto está sempre ligado a um contexto determinado, não havendo, portanto, repetições na realidade social.

Guerreiro Ramos apresenta a redução sociológica como “a essência do criticismo sociológico mais radical”. Formula, baseado nos fundamentos teóricos anteriormente citados, as “leis da redução sociológica”, assim enunciadas:

1ª) Lei do comprometimento: “Nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto”.

(24) Guerreiro RAMOS, *A Redução Sociológica*, p. 96 a 111.

(25) *Ibid.* p. 108.

(26) *Ibid.* p. 81.

2ª) **Lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira:** “À luz da redução sociológica toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária”.

3ª) **Lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência:** “A redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão-somente no domínio dos enunciados gerais”.

4ª) **Lei das fases:** “À luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (27).

Nesta lei o autor recorre ao conceito de totalidade, insistindo em que os fenômenos sociais só podem ser compreendidos quando em referência à totalidade histórico-social (fase), cujas partes estão dialeticamente relacionadas. Faz longas citações de Marx, reconhecendo-se tributário de seu pensamento neste ponto.

Realmente, observamos que a redução sociológica é permeada por correntes filosóficas diversas, autores de orientação ideológica e mesmo científica variadas e contraditórias: Husserl, Marx, Heidegger, Mannheim... não podendo este método ser considerado válido para a sociologia dialética.

Receamos que Guerreiro Ramos não tenha conseguido superar as tendências ecléticas características dos pensadores brasileiros que o antecederam, pois embora tenha intuído a exigência de cortar os laços de dependência intelectual, não conseguiu concretizar esta intuição. Desconhecemos outros cientistas que utilizassem a redução sociológica para análise dos diferentes problemas nacionais. Talvez não o tenham feito por questionar a validade científica deste método; ou talvez porque, devido às circunstâncias do momento histórico, o pensamento de Guerreiro Ramos tenha sido marginalizado.

De qualquer forma, não se pode negar ter sido ele um marco capital na sociologia brasileira. Manfredo Berger afirma que Guerreiro Ramos “possibilitou e apoiou decisivamente o desenvolvimento de uma sociologia autóctone e superadora da situação de dependência” (28).

Guerreiro Ramos deixa, a partir de sua reflexão sociológica, uma contribuição digna de nota ao pensamento filosófico brasileiro. Esta contribuição é ressaltada por Pe. Henrique de Lima Vaz, observando que, ao definir a redução sociológica, Guerreiro Ramos associa a noção husserliana de

(27) Guerreiro RAMOS, *A Redução Sociológica*, p. 111 a 138.

(28) Manfredo BERGER, *Educação e Dependência*, p. 315.

consciência à noção orteguiana de perspectiva, porém, sempre aplicando-se num contexto sociológico, isto é, “ao processo de transformação do grupo social em que a consciência se insere e cuja lógica imanente ela deve exprimir pela atitude redutora” (29). O problema filosófico levantado é quanto à possibilidade de um conhecimento universal e objetivo num universo cultural determinado.

Padre Vaz inclui Guerreiro Ramos entre os culturalistas, mencionando que “sua concepção original de razão sociológica implica uma bem definida filosofia da cultura”. Afirma que o autor se defronta com o problema crucial de toda filosofia da cultura: “o dilema entre participação e validade objetiva, entre perspectiva e universalidade, problema que surge necessariamente no termo de uma reflexão que visa a projetar os invariantes das proposições científicas no terreno móvel dos relativismos culturais” (30).

CONCLUSÃO

Após o estudo realizado, queremos ressaltar a importância histórica do ISEB para a emancipação da cultura nacional. Pela primeira vez um grupo de cientistas, de diferentes áreas, se propõe a um sério trabalho interdisciplinar com duplo propósito: formular, em bases científicas, uma teoria sobre a sociedade brasileira, e contribuir para a superação da situação de subdesenvolvimento e dependência através da elaboração da ideologia nacional desenvolvimentista.

Em contraste com os intelectuais brasileiros de épocas anteriores, de postura caracterizadamente especulativa e nem sempre comprometidos com a realidade local, os isebianos foram exemplo típico de cientistas engajados, abordando questões nas quais se viam profundamente inseridos. Coerentes com a visão globalista do social que ensinavam, não desvincularam os aspectos econômicos dos culturais e políticos, chegando inclusive a assumir posições políticas bastante definidas.

Embora seu pensamento tenha sido, em geral, identificado ao surto das idéias marxistas no Brasil, não foi tão influenciado por Marx como pelo

(29) Pe. Henrique VAZ, “O pensamento filosófico no Brasil de hoje”, in Pe. Leonel FRANCA, *Noções de História de Filosofia*, p. 358.

(30) *Ibid.* p. 358 – 359.

pensamento existencialista europeu. Não ocorre com os isebianos a atitude de admiração fácil e de dócil submissão adotada costumeiramente pelos pensadores brasileiros diante dos mestres europeus. A preocupação do ISEB nunca deixou de ser a assimilação crítica da produção teórica estrangeira, e a consideração da realidade nacional como o ponto de partida para qualquer tipo de análise.

Segundo Caio Navarro de Toledo, “a maioria dos isebianos são movidos basicamente por razões de ordem estritamente ético-humanística, sensibilizam-se diante das injustiças, das opressões, da miséria de seu povo. Pretendem urgentemente agir, porém, procuram fazê-lo através do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico” (31).

Especificamente no campo da sociologia, o contributo de Guerreiro Ramos é inegável. Seu trabalho crítico na linha de sociologia do conhecimento sociológico foi marcante, e não só para o contexto nacional. Vamireh Chacon nota a participação do autor no debate internacional da “Sociologia da Sociologia”, de certo modo antecipando-se em relação aos E.E.U.U. e Europa (32).

O método por ele elaborado, a redução sociológica, embora passível de críticas no tocante à sua cientificidade, tem valor permanente como primeiro passo na superação da sociologia de dependência, em prol de uma sociologia autóctone.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, Manfredo, **Educação e Dependência**, Porto Alegre, DIFEL, 1976, 354 p.

CHACON, Vamireh, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, São Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, 139 p.

(31) Caio Navarro de TOLEDO, **ISEB – Fábrica de Ideologias**, p.111.

(32) Vamireh CHACON, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, p. 131 – 132.

IANNI, Octávio, **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1 976, 2ª edição, 186 p.

JAGUARIBE, Hélio. **A Filosofia no Brasil**, Rio de Janeiro, MEC-ISEB, 1 957, 52 p.

MOTA, Carlos Guilherme, **Ideologia da Cultura Brasileira**, São Paulo, Ed. Ática, 1 977, 303 p.

PINTO, Álvaro Vieira, **Consciência e Realidade Nacional**, Rio de Janeiro, ISEB-MEC, 1 960, vol. I — A Consciência Ingênua, 438 p., vol. II — A Consciência Crítica, 639 p.

RAMOS, Guerreiro, **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, Rio de Janeiro, Editorial Andes Ltda., 1 957, 216 p.

_____, **A Redução Sociológica**, Rio de Janeiro, Edição Tempo Brasileiro Ltda. Coleção Tempo Novo — 2, 1 965, 268 p.

_____, **A Sociologia Industrial**, Rio de Janeiro, s.c.p., 1 952, 176 p.

_____, **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1 963, 218 p.

REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA, vol. V, fascículo III, julho a setembro de 1 955.

SODRÉ, Nelson Werneck, "História do ISEB", in **Temas de Ciências Humanas** — 1, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1 977, 167 p.

_____, "História do ISEB", in **Temas de Ciências Humanas** — 2, São Paulo, Editorial Grijalbo, 1 977, 178 p.

TOLEDO, Caio Navarro, **ISEB — Fábrica de Ideologias**, São Paulo, Ed. Ática, 1 977, 194 p.

VAZ, Henrique C. de Lima s.j., "O Pensamento Filosófico no Brasil de Hoje", in
FRANCA, Leonel s.j., **Noções de História da Filosofia**, Rio de Janeiro,
Agir, 1 969, 20ª edição, 379 p.

VITA, Luís Washington, **Tríptico de Idéias**, São Paulo, Editorial Grijalbo Ltda.,
1 967, 181 p.